

# COMPANHIA ELÉCTRICA DAS BEIRAS

S. A. R. L.

HIDRO-ELÉCTRICA DO DOURO  
S. A. R. L.

BIBLIOTECA

DATA Novembro 61 C.D.

8172 A

## RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

## BALANÇO

E

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

VIGÉSIMO SEXTO EXERCÍCIO

1960

SEDE  
RUA DO BRASIL, 1  
COIMBRA

DELEGAÇÃO  
RUA DAS CHAGAS, 17 R/C  
LISBOA

# COMPANHIA ELÉCTRICA DAS BEIRAS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social 120.000 Contos

Sede Social — COIMBRA

Rua do Brasil, n.º 1

CPE	COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE
D.C. - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	
Data:	-4. FEZ. 1972
N.º	12157
CLASSIF.	

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Accionistas da Companhia Eléctrica das Beiras a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Companhia, em Coimbra, pelas 15 horas do dia 25 de Março, com a seguinte ordem do dia:

Discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1960;

Preenchimento de vagas na Direcção e no Conselho Fiscal.

Coimbra, 3 de Março de 1961.

*O Presidente da Assembleia Geral,*

*José Ribeiro Espírito Santo Silva*

N. B. — As acções ao portador para efeito da sua representação na Assembleia Geral, podem ser depositadas na sede da Companhia, em Coimbra, no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ou qualquer outro Banco português que comunique os depósitos para esse fim realizados.

A cada 50 acções corresponde um voto, podendo os titulares de menor número de acções agrupar-se nos termos legais desde que o comuniquem ao Presidente da Assembleia Geral com antecedência de 3 dias do designado para a reunião.

Não podem tomar parte na discussão e deliberação da Assembleia Geral os accionistas que não tenham direito a voto.



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO



## EXCELENTÍSSIMOS SENHORES ACCIONISTAS:

Em cumprimento do disposto na Lei e no Estatuto, temos a honra de submeter à apreciação e votação de V. Ex.<sup>as</sup> o relatório, o balanço e as contas, respeitantes ao exercício findo.

O ano de 1960 foi um ano de luto para a C. E. B.

Em 9 de Março, faleceu o Dr. Paulo da Costa Menano, que, desde 27 de Março de 1940, presidiu à Direcção da nossa Companhia. Foi um chefe de empresa exemplar, dificilmente substituível, e a C. E. B. ficou a dever-lhe os mais relevantes serviços. É com o maior respeito, a mais reconhecida gratidão e a mais profunda saudade que registamos aqui tão infausto acontecimento.

Em 14 de Dezembro fomos surpreendidos dolorosamente pelo falecimento do Dr. Jaime Rebelo da Costa Arnaut, que fazia parte do Conselho Fiscal da C. E. B. desde 29 de Março de 1936 e que a ele presidia desde 2 de Março de 1953. É também com muita mágoa e saudade que registamos a perda de tão dedicado amigo e solícito colaborador.

A pluviosidade do ano que findou — 2.228 mm — foi a mais elevada registada até hoje na área do aproveitamento de Santa Luzia.

Por isso, e apesar de termos chegado ao fim do ano com a alfubeira praticamente cheia, conseguimos produzir 82.949.551 kWh, produção bastante superior à de 1959, que era a máxima obtida nas nossas centrais.

Como consequência desta produção excepcional foi possível satisfazer o aumento de consumo processado durante o ano, cerca de 11%, sem aumentar a quantidade de energia adquirida.



Isto não quer dizer que tivessem diminuído em relação a 1959, os nossos encargos de compra de energia. É que a C. N. E., nosso principal fornecedor, a quem comprámos 23.778.600 kWh contra 20.666.250 kWh no ano anterior, teve necessidade de aumentar as suas tarifas de venda a partir de Abril de 1960, por terem ficado a seu cargo, por determinação governamental e de acordo com a Portaria n.º 16.409, de 21 de Outubro de 1957, os encargos resultantes do estabelecimento da central térmica de apoio, da Empresa Termo-Eléctrica Portuguesa.

Este agravamento, justificado aliás pela maior garantia do fornecimento, tornar-se-á bastante sensível nos próximos exercícios, mas espera-se poder compensá-lo, em grande parte, com a actualização necessária das tarifas dos nossos contratos.

A emissão total foi de 134.479.858 kWh.

A nossa Companhia foi sempre, desde a sua fundação há mais de um quarto de século, cumulativamente concessionária da produção hidro-eléctrica e da grande distribuição. E foi com a maior satisfação que verificámos que o decreto regulamentador da Lei n.º 2.002 admite expressamente, no parágrafo único do seu art. 19.º, a outorga de concessões de diferentes categorias a favor da mesma empresa.

Durante o ano findo continuámos com os trabalhos e estudos que iniciámos há quase duas décadas para o aproveitamento das águas do rio Mondego. Demos grande incremento aos trabalhos de campo de modo a ficarmos a conhecer, como é indispensável, as características geológicas dos locais que escolhemos para a implantação das barragens de Asse-Dasse e Girabolhos, podendo desde já afirmar que estes se prestam perfeitamente para a implantação das estruturas que tínhamos projectado.

Reconhecida a parte média e superior do Mondego, esperamos realizar no decorrer do corrente ano o reconhecimento geológico dos locais de algumas barragens da parte baixa do rio, de modo a estarmos aptos a emitir opinião, na altura própria, sobre o esquema mais conveniente para o curso inferior do Mondego.

Por todo o ano corrente deve ficar concluído o projecto do escalão de Girabolhos e em 1963 contamos apresentar o do escalão de Asse-Dasse, que é o mais importante do Sistema do Mondego.

No campo da grande distribuição e com a finalidade de garantir os acréscimos normais do consumo de electricidade, tivemos de proceder a importantes trabalhos, quer de gabinete, projectando obras para execução futura, quer de construção, preparando instalações com a capacidade e eficiência necessárias para assegurar o regular abastecimento da nossa zona de distribuição.

Instalámos em Santa Luzia uma nova subestação de transformação para 15 kV e modificámos o isolamento das linhas existentes para esta tensão; construímos a linha de abastecimento do concelho de Oleiros; preparámos a construção de uma linha a 60 kV para abastecimento dos concelhos de Oliveira do Hospital e Tábua, linha que permitirá, quando prolongada, a interligação eficiente com a C. N. E. e a E. H. E. S. E. no centro-leste do País; remodelaram-se parcialmente duas subestações de 60 kV; e construíram-se 66 km de linhas de alta tensão, elevando assim para mais de um milhar de quilómetros as linhas exploradas pela nossa Companhia.

No que se refere à pequena distribuição, instalámos 25 postos de transformação com as respectivas redes, que servem mais de 40 povoações, e elaboraram-se cerca de 30 novos projectos, para construção no ano corrente. A nossa participação em obras de electrificação rural foi este ano superior a 3.000 contos.

Com data de 19 de Novembro de 1960 foi publicado o Decreto-lei n.º 43.335, regulamentador da Lei n.º 2.002, da electrificação nacional.

Neste diploma, para além da regulamentação da lei, reúnem-se conceitos dispersos por várias legislações, dá-se forma legal a inovações já praticadas com o acordo ou por diligência dos serviços e estabelecem-se novos preceitos, tudo no sentido de se esclarecerem as posi-

ções e os problemas suscitados pela natural expansão da indústria eléctrica, sujeita agora a maior intervenção dos poderes públicos. Estamos certos de que as entidades oficiais incumbidas de julgar e decidir continuarão, como até aqui, manifestando conhecimento, realismo e justiça na resolução das questões vitais das empresas eléctricas, que tanto têm contribuído, pelo seu esforço e pela sua iniciativa, para o desenvolvimento económico do País.

A C. E. B. fez parte da Comissão organizadora e instaladora do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, cujo alvará foi entregue, no dia 8 de Novembro, por Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social. Realizada a primeira Assembleia Geral do Grémio, no dia 29 do mesmo mês, a nossa Companhia foi eleita para a Direcção, como representante das empresas produtoras que não fazem parte da rede primária, honra conferida pelos nossos pares, que muito nos desvanece e a que procuraremos corresponder, dando ao novo organismo a nossa incondicional colaboração.

A imperiosa necessidade da existência de um órgão coordenador representativo dos interesses de todas as empresas eléctricas do País encontrou finalmente satisfação. Estamos esperançados em que a actividade desenvolvida pelo Grémio, integrado na orgânica do Estado corporativo, encontrará para os problemas da indústria eléctrica as soluções mais consentâneas com os superiores interesses da economia nacional.

Como sócios da Sociedade Eléctrica do Oeste, Limitada, acompanhámos permanentemente a actividade desta empresa, que se tem trazido no aumento rápido e incessante dos investimentos, quer na execução de novas electrificações, de carácter rural, quer ainda na ampliação e reforço das redes de alta e baixa tensão existentes. A criteriosa acção administrativa da sua Gerência merece os nossos louvores pelos resultados obtidos.

Continuamos a ter a honra de presidir à Mesa da Assembleia Geral da Companhia Nacional de Electricidade e verificámos com prazer o ritmo crescente da actividade desta sociedade.

Mantivemos também as nossas posições na Hidro-Eléctrica do Zêzere, na Empresa Termo-Eléctrica Portuguesa e na Hidro-Eléctrica do Coura, cuja evolução acompanhámos com interesse.

Continuamos a manter as mais cordiais relações e a prestar a todas as empresas produtoras e distribuidoras, principalmente àquelas a que nos encontramos interligados, a nossa melhor colaboração.

Na sua qualidade de concessionária de serviço público, a C. E. B., apesar de o Estado não ter tido intervenção especial na sua constituição, não participar do seu capital nem ter contribuído para o seu desenvolvimento com regalias ou privilégios específicos, encontra-se abrangida pela Lei n.º 2.105, de 6 de Junho de 1960.

A aplicação de algumas disposições desta lei veio privar a nossa Companhia da experiência e da colaboração preciosa de alguns dos membros do seu Conselho Fiscal.

No decurso do ano que findou, pediram a sua demissão de vice-presidente e vogal do Conselho Fiscal a União Eléctrica Portuguesa e a firma E. Pinto Basto & C.ª, Limitada, accionistas antigos da C. E. B., que lhes fica devendo valiosos serviços e que lamenta ver-se privada da sua prestante colaboração.

Sempre reconhecemos que a importância e a delicadeza dos assuntos tratados pela nossa Delegação de Lisboa impõem que nela prestem serviço dois directores. A necessidade imperiosa de acautelar e assegurar a continuidade administrativa da C. E. B., salvaguardando o desgaste inclemente da acção do tempo, foi avisadamente prevista pelo Estatuto, que dá poderes à Direcção para, ao abrigo do estabelecido no seu artigo 26.º, escolher, de entre os accionistas com direito a voto, quem deve preencher o lugar até a reunião imediata da Assembleia Geral, que deverá eleger o accionista para desempenhar o cargo até

que finde o período para que o director substituído tinha sido eleito. Usando desta faculdade, a Direcção escolheu para seu vogal o accionista antigo Sr. Dr. João Santos Menano, distinto commercialista, que há já alguns anos vinha desempenhando as funções de vogal do nosso Conselho Fiscal e que, pelas suas qualidades de inteligência e trabalho, nos garante uma colaboração valiosa e activa.

A saída do Sr. Dr. João Santos Menano do nosso Conselho Fiscal levou este a usar da faculdade concedida pelo artigo 31.º do Estatuto, escolhendo para exercer as funções de vogal, até a próxima Assembleia Geral, o accionista antigo Sr. Luís Le-Cocq de Albuquerque de Azevedo Coutinho, proficiente engenheiro agrónomo, que desde há longos anos tem acompanhado com o maior interesse a vida da C. E. B. e que, pela sua competência e operosidade, nos assegura uma frutuosa colaboração.

Pedimos a V. Ex.<sup>as</sup>, que, elegendo-os para vogais respectivamente da Direcção e do Conselho Fiscal, ratifiquem a escolha feita.

V. Ex.<sup>as</sup> deverão eleger ainda o presidente e o vice-presidente do Conselho Fiscal, cargos vagos pelo falecimento do Dr. Jaime Rebelo da Costa Arnaut e pela demissão da União Eléctrica Portuguesa.

Desde sempre entendemos que a boa marcha dos negócios da Empresa depende, em parte apreciável, da actividade competente, esforçada e zelosa do seu Pessoal. Para que esta actividade se manifeste na sua plena consciência, necessário se torna, para além da remuneração devidamente compensadora do trabalho realizado, garantir a estabilidade das ocupações, apoiar todos os servidores da Empresa na doença e no infortúnio e fazê-los participar dos actos relevantes da vida da nossa Sociedade. De acordo com esta orientação, prosseguimos na concessão de regalias e benefícios aos nossos empregados e operários.

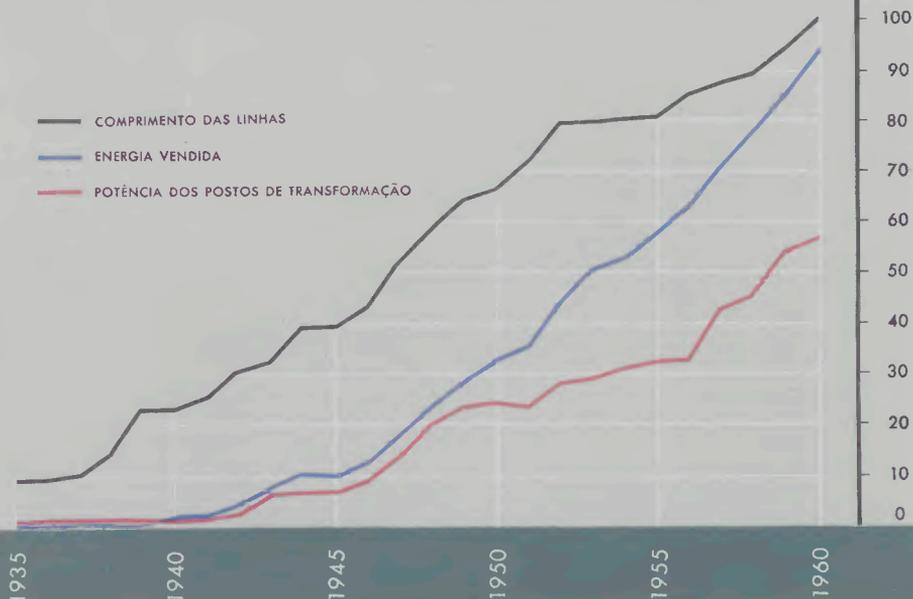
Em Agosto de 1960, começou a funcionar em Coimbra, na sede, o Posto Clínico Dr. Pedro Mascarenhas, cuja inauguração oficial, integrada nas comemorações do 25.º aniversário da nossa Empresa, foi feita em

## EVOLUÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO

DEZENAS DE Km

GWh  
kVA

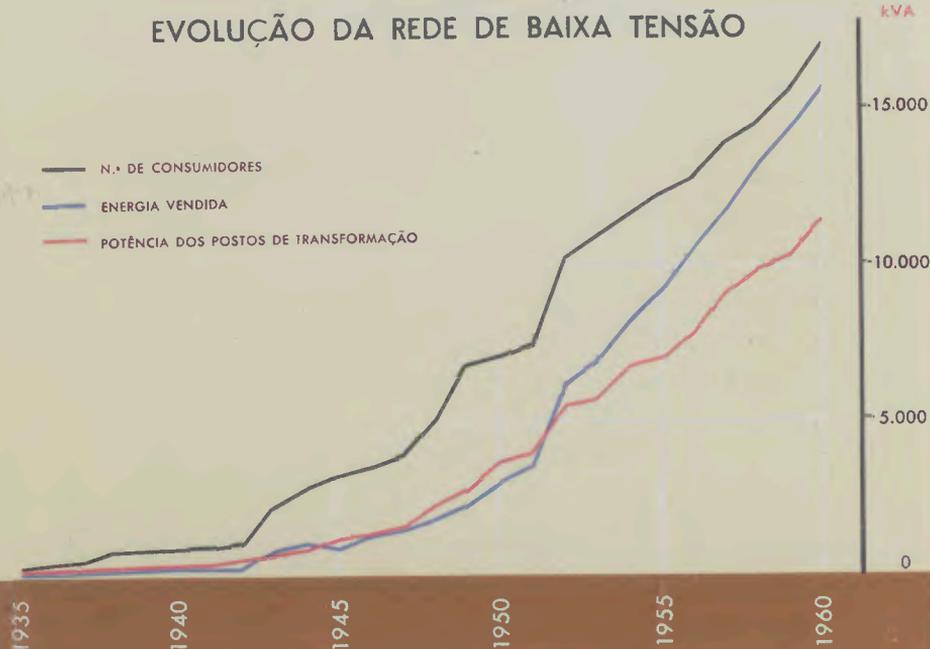
- COMPRIMENTO DAS LINHAS
- ENERGIA VENDIDA
- POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



## EVOLUÇÃO DA REDE DE BAIXA TENSÃO

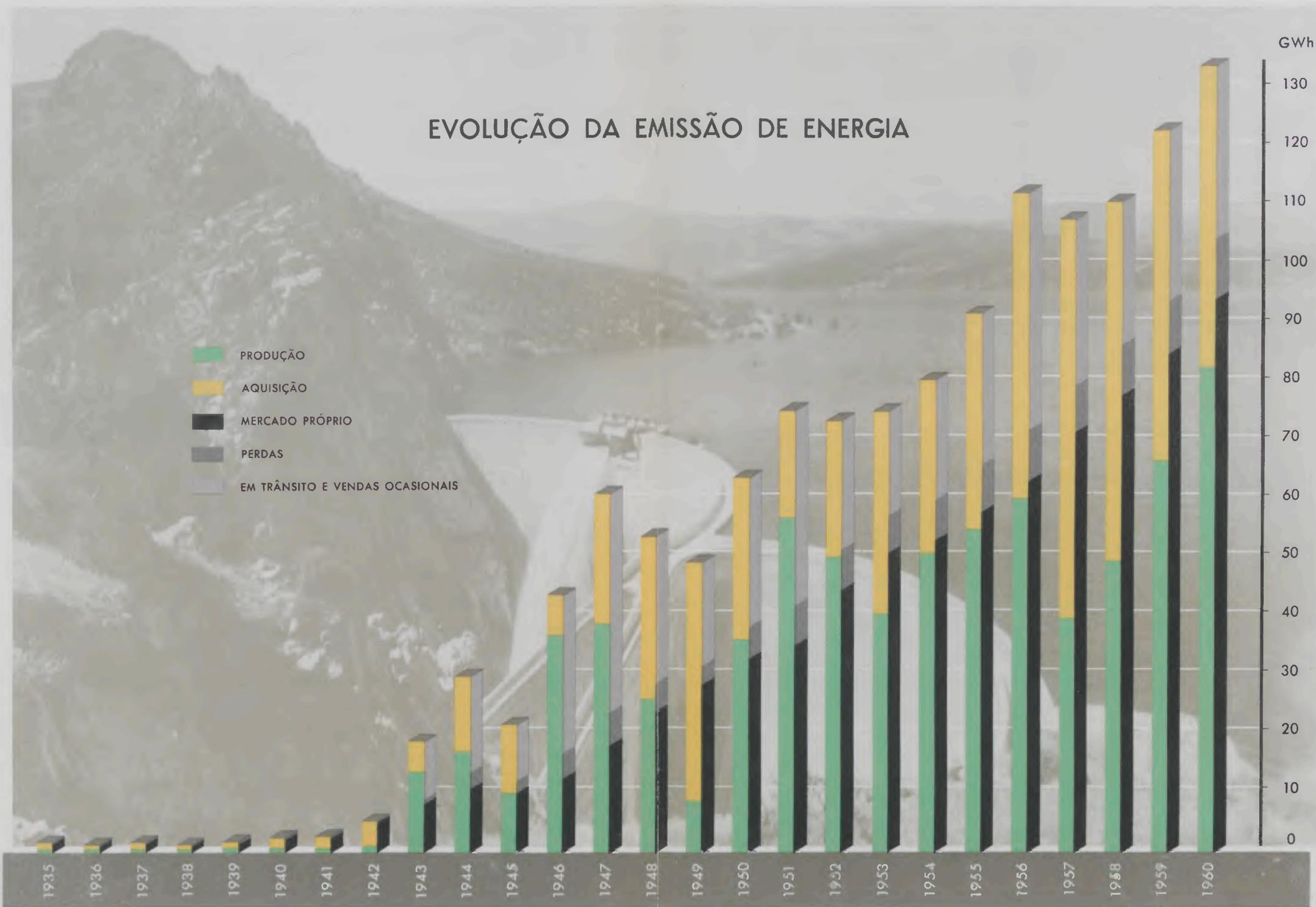
MWh  
kVA

- N.º DE CONSUMIDORES
- ENERGIA VENDIDA
- POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



# EVOLUÇÃO DA EMISSÃO DE ENERGIA

- PRODUÇÃO
- AQUISIÇÃO
- MERCADO PRÓPRIO
- PERDAS
- EM TRÂNSITO E VENDAS OCASIONAIS



## ENERGIA MOVIMENTADA EM 1960

AQUISIÇÃO  
38,3%

PRODUÇÃO  
61,7%

EM TRANSITO E  
VENDAS OCASIONAIS  
22,3%

PERDAS E  
SERVIÇOS AUXILIARES  
7,6%

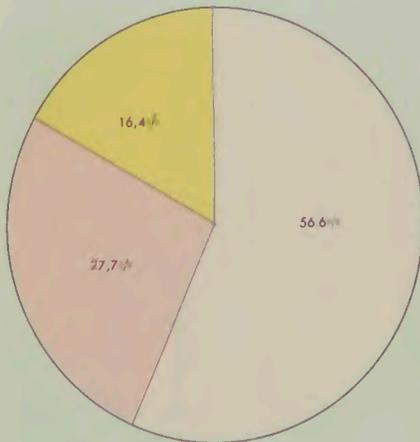
DISTRIBUIDORES  
39,7%

INDÚSTRIA  
18,9%

BAIXA TENSÃO  
11,5%

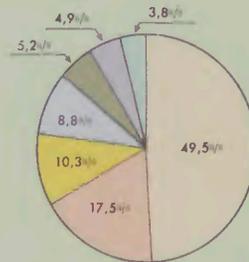
## ENERGIA VENDIDA EM 1960

ALTA TENSÃO



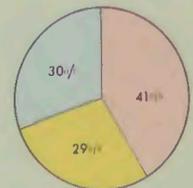
DISTRIBUIDORES  
 INDÚSTRIA  
 BAIXA TENSÃO

INDÚSTRIA



MINEIRA  
 PAPEL  
 CERÂMICA  
 ALIMENTAR  
 TÊXTIL  
 MADEIRA  
 DIVERSOS

BAIXA TENSÃO



USOS DOMÉSTICOS  
 FORÇA MOTRIZ  
 ILUMINAÇÃO E OUTROS USOS

17 de Dezembro do ano findo. Apraz-nos registar que o seu movimento justificou plenamente a instalação e permitiu completar a assistência médica prestada pelos serviços médicos das Caixas de Previdência ao nosso Pessoal.

Além da contribuição da C. E. B. para as Caixas de Previdência e para as Caixas Regionais de Abono de Família, que, em 1960, totalizou 987.854\$50, a nossa Companhia dispendeu a quantia de 202.462\$75 pelo seu Fundo de Assistência ao Pessoal.

No Natal realizámos a habitual festa dedicada aos filhos dos nossos empregados e operários, e, seguindo a tradição, no passado dia 17 de Dezembro, realizou-se o jantar da família C. E. B., durante o qual foram distribuídos relógios de ouro aos servidores que completaram 25 anos de serviço no decurso de 1960.

Proseguiu durante o ano findo a organização da nossa Biblioteca, tendo sido agregada à parte técnica, cuja catalogação está já muito adiantada, a parte administrativa. Em 31 de Dezembro, tínhamos 1.443 publicações registadas e o número de revistas regularmente recebidas ascedia a 108.

O nosso Centro de Estudos continuou desenvolvendo frutuosa actividade, tendo concluído o curso de «Estatística», iniciado o ano passado, e realizado algumas palestras sobre os ensinamentos colhidos pelos nossos Engenheiros durante as viagens de estudo efectuadas ao estrangeiro.

Aos nossos estimados clientes dirigimos saudações e os mais vivos agradecimentos pela confiança em nós depositada.

A crescente expansão dos negócios da Empresa exigiu do Pessoal, cujos efectivos se mantiveram, um acréscimo de trabalho, que foi suportado com consciência e zelo que nos apraz salientar. É-nos muito grato registar aqui o nosso agradecimento pelo facto de, mais uma vez, nos ter dado a medida da sua dedicação e competência profissional.

O balanço e as contas, que se seguem, acusam um saldo de 19.450.681\$60. Este feliz resultado, possível graças à anormal pluviosidade do ano e conseqüente produção das nossas centrais, absolutamente excepcional, permite a distribuição de um dividendo de 10% e o reforço dos nossos Fundos de Reserva.

Em cumprimento do preceituado no art. 32.º do Estatuto, temos a honra de propor para o saldo da conta de ganhos e perdas a seguinte aplicação:

1) — Para Fundo de Reserva legal — 5% (art. cit. n.º 1)	972.534\$10
2) — Para dividendo de 10% ao capital . . . . .	12.000.000\$00
3) — Para cumprimento do disposto no n.º 4 do art. cit.	1.167.040\$90
4) — Participação de 7% sobre os lucros para distribuir pelo pessoal nos termos do n.º 5 do art. cit. . . . .	1.361.547\$70
5) — Para Fundo de assistência ao pessoal (art. cit. n.º 5)	200.000\$00
6) — Para Reserva para Regularização de dividendos . . . . .	600.000\$00
7) — Para Fundo de Reserva Especial — O saldo restante	3.149.558\$90

Coimbra, 3 de Março de 1961.

A DIRECÇÃO,

*André Daniel Calvo Velasco*

*Manuel Gil Albuquerque d'Orey*

*Pedro Soares Pinto de Mascarenhas Castelo Branco*

*Inácio Nunes Ferreira*

*André d'Orey Velasco*

*João Santos Menano*

BALANÇO  
E  
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

# Balanço Geral em 31 de

# Dezembro de 1960

<b>ACTIVO</b>			
<b>Disponível</b>			
Caixa . . . . .		423.369\$50	
Depósitos à Ordem . . . . .		1.619.983\$77	2.043.353\$27
<b>Realizável</b>			
Devedores . . . . .		15.165.039\$80	
Recibos a Cobrar . . . . .		1.182.389\$20	
Títulos em Carteira e Quotas Sociais . . . . .		16.633.180\$00	
Devedores por Cauções . . . . .		888.690\$00	
Armazém . . . . .		14.420.121\$69	
Serviço nas Oficinas . . . . .		1.796.756\$40	50.086.177\$09
<b>Imobilizado</b>			
<b>Valores afectos às concessões</b>			
Instalações . . . . .	279.346.419\$67		
Obras em Construção . . . . .	27.656.728\$81	307.003.148\$48	
<b>Valores não afectos às concessões</b>			
Instalações (próprias) . . . . .	12.020.632\$10		
Obras em Construção:			
Estudos e Projectos			
Novos aproveitamentos	6.397.126\$70		
Electrificações . . . . .	35.469\$69	6.432.596\$39	
Diversas . . . . .	1.119.899\$49	7.552.495\$88	
Material Alugado . . . . .		4.912.542\$74	
Material Circulante . . . . .		1.791.819\$71	
Móveis e Utensílios . . . . .		2.944.062\$74	29.221.553\$17
			336.224.701\$65
<b>Contas de Ordem</b>			
Material Encomendado . . . . .		1.253.950\$70	
Títulos em Depósito . . . . .		5.262.000\$00	
Títulos em caução . . . . .		350.000\$00	6.865.950\$70
			395.220.182\$71

Coimbra, 31 de Dezembro de 1960.

O Chefe dos Serviços Administrativos,  
João Henrique Dias

<b>PASSIVO</b>			
<b>Exigível no Exercício Seguinte</b>			
Vencimentos e Salários . . . . .		209.826\$55	
Dividendos . . . . .		210.357\$36	
Credores . . . . .		9.083.119\$67	
Credores por Cauções . . . . .		1.251.309\$55	10.754.613\$13
<b>Exigível sem Prazo</b>			
Financiamentos Diversos . . . . .		4.414.135\$33	
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
Financiamentos (C. N. C.) . . . . .		46.339.824\$80	50.753.960\$13
<b>Contas de Ordem</b>			
Credores por Material Encomendado . . . . .		1.253.950\$70	
Credores por Títulos em Depósito . . . . .		5.262.000\$00	
Caução de Gerência . . . . .		350.000\$00	6.865.950\$70
<b>Reintegrações</b>			
Instalações . . . . .		94.625.372\$94	
Obras em Construção . . . . .		1.013.415\$53	
Material Alugado . . . . .		2.830.076\$80	
Material Circulante . . . . .		1.417.837\$02	
Móveis e Utensílios . . . . .		1.944.240\$18	101.830.942\$47
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Capital . . . . .		120.000.000\$00	
Fundo de Reserva Legal . . . . .		7.942.336\$38	
Reserva para Regularização de Dividendos . . . . .		2.400.000\$00	
Fundo de Reserva Especial . . . . .		6.536.458\$99	
Provisões Diversas . . . . .		8.159.480\$22	
Maiores Valias do Activo . . . . .		60.525.759\$09	
Resultados do Exercício . . . . .		19.450.681\$60	225.014.716\$28
			395.220.182\$71

A Direcção,

André Daniel Calvo Velasco  
Manuel Gil Albuquerque d'Orey  
Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco  
Inácio Nunes Ferreira  
André d'Orey Velasco  
João Santos Menano

# Explicação da conta de Resultados do Exercício

## (Ganhos e Perdas)

<u>DÉBITOS</u>		<u>CRÉDITOS</u>	
Despesas Gerais de Administração . . . . .	932.889\$32	Energia Eléctrica . . . . .	27.157.034\$65
Despesas Gerais de Reparação e Conservação . . . . .	155.984\$70	Aluguer de Material . . . . .	455.142\$74
Encargos Financeiros . . . . .	2.082.234\$59		
Juros, Descontos e Transferências . . . . .	67.161\$29		
Reintegrações:			
de Móveis e Utensílios . . . . . 655.000\$00			
de Instalações . . . . . 659.000\$00	1.314.000\$00		
Provisões Diversas . . . . .	3.397.537\$51		
Serviço de Transportes . . . . .	211.688\$38		
Resultados do Exercício . . . . .	19.450.681\$60		
	27.612.177\$39		27.612.177\$39

Coimbra, 31 de Dezembro de 1960.

O Chefe dos Serviços Administrativos,  
*João Henrique Dias*

A Direcção,  
*André Daniel Calvo Velasco*  
*Manuel Gil Albuquerque d'Orey*  
*Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco*  
*Inácio Nunes Ferreira*  
*André d'Orey Velasco*  
*João Santos Menano*

PARECER  
DO  
CONSELHO FISCAL

## EXCELENTÍSSIMOS SENHORES ACCIONISTAS:

Conforme as determinações da lei e do nosso Estatuto examinámos o balanço e contas de gerência relativos ao exercício de 1960, tendo verificado a exactidão das contas e dos respectivos documentos.

Infelizmente no exercício de 1960, sofreu a Companhia um profundo e doloroso golpe com o falecimento do seu prestigioso Presidente da Direcção, Senhor Dr. Paulo da Costa Menano, que à Companhia fez dádiva, durante o seu mandato, da sua inteligência, bom senso e acrisolada dedicação. Trabalhador incansável ele bem merece a nossa saudade. O Conselho Fiscal acompanha com sentido pesar as merecidas palavras com que a Direcção homenagea o seu Presidente neste doloroso acontecimento.

Também em Dezembro sofremos a perda do nosso ilustre e dedicado amigo Senhor Dr. Jaime Rebelo da Costa Arnaut, Presidente do Conselho Fiscal, que há tantos anos prestava, com a sua dedicação, valiosos serviços a este Conselho.

Tendo passado a fazer parte da Direcção o vogal deste Conselho, Senhor Dr. João Santos Menano, foi chamado ao exercício do cargo, o accionista Senhor Engenheiro Luís Le-Cocq de Azevedo Coutinho.

Temos também que lamentar o afastamento deste Conselho, já no final de exercício, dos accionistas E. Pinto Basto & C.<sup>a</sup> e União Eléctrica Portuguesa que sempre nos deram valiosa e dedicada colaboração. Por esse motivo é este parecer apenas assinado pelos vogais em exercício, cumprindo agora à Assembleia Geral a eleição para as respectivas vagas.

No que respeita à gestão administrativa temos que nos felicitar pela forma inteligente, dinâmica e eficaz como foram resolvidos todos

os problemas de que o relatório da Direcção nos dá perfeita ideia. Nota-se, através do já realizado e do que se projecta para futuro, o pensamento dominante da valorização da nossa sociedade adentro da economia nacional.

Na diversa assistência prestada ao pessoal e em toda a política social da empresa, se nota uma orientação, que vem de longe, de fomentar e garantir o bem estar de todos que a servem.

Tendo sido bastante favorável o ano hidrológico, a produção das centrais atingiu valor ainda não registado, o que muito contribuiu para que os lucros realizados permitam o dividendo de 10% proposto pela Direcção. E assim somos de parecer:

- 1.º — Que seja consignado um voto de muito sentido pesar pelo falecimento dos Senhores Drs. Paulo da Costa Menano e Jaime Rebelo da Costa Arnaut;
- 2.º — Que se aprovelem o relatório, balanço e contas apresentados pela Direcção;
- 3.º — Que ao saldo da conta de ganhos e perdas seja dada a aplicação proposta pela Direcção;
- 4.º — Que se confira grato louvor à Direcção pelo seu comprovado zelo e merecimento;
- 5.º — Que se reconheça como é de justiça a prestante e dedicada colaboração de todo o pessoal.

Coimbra, 6 de Março de 1961

O CONSELHO FISCAL,

*Luís Le-Cocq de Azevedo Coutinho*

*Laércio Simões Lopes*

TIP. DA GRÁFICA DE COIMBRA  
COIMBRA



